

PREGÃO PRESENCIAL 05/2017

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:

a) ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA COMERCIAL e N.º 02 - HABILITAÇÃO - entrega até as 10h do dia 16/08/2017

b) ABERTURA DOS ENVELOPES: as 10h30 do dia 16/08/2017 na sala de reuniões da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, na Rua Farid Stephens, n.° 179, Bairro Pioneiros. Fazenda Rio Grande, Paraná.

O Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, designado pelo Ato nº 03/2017 da Câmara Municipal, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, contratando-se a licitante que ofertar o Maior Desconto, sendo esta licitação disciplinada pelas leis federais de números 8.666/93, 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Municipal n.º260/2005, Decreto Municipal n.º1.254/06 e demais normas pertinentes, bem como pelo disposto neste instrumento convocatório e no processo administrativo nº 05/2017, devendo os interessados entregar seus documentos e propostas nas datas e locais supra-indicadas.

1-DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços relacionados com o fornecimento de passagens aéreas destinadas a viagens de pessoas a serviço da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, conforme características e especificações.

2 – DAS C<mark>ONDIÇ</mark>ÕES GERAIS PA<mark>RA PA</mark>RTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital;
- 2.2 Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, consumo de credores, dissolução ou liquidação;
- 2.3 Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Fazenda Rio Grande ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (Incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93);
- **2.4** A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso, ressalvado às proponentes o direito de impugnar o texto editalicio e usar dos recursos cabíveis, na forma da lei.
- 2.5 Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte:

R. Farid Stephens, 179 - Pioneiros, CEP 83833-008 Fazenda Rio Grande - PR Fone/Fax: (41) 3627-1664 www.fazendariogrande.pr.leg.br

M



- **2.5.1** As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão observar o disposto nos subitens seguintes;
- **2.5.2** A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para o efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverá ser comprovada, mediante apresentação das seguinte documentação:
- a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo III do presente Edital.
- 2.5.3 Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

3 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1 As empresas licitantes deverão entregar, no dia e hora marcados, na sede da Câmara de Vereadores do Município de Fazenda Rio Grande, 02 (dois) envelopes com as seguintes indicações externas:

ENVELOPE n°. 01:

A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande A/C Setor de Licitações PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2017 Envelope nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e nº CNPJ/MF)

ENVELOPE nº. 02:

A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande A/C Setor de Licitações PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2017 Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e nº CNPJ/MF)



4 - CREDENCIAMENTO

- **4.1** A licitante deverá comparecer à sessão do pregão mediante somente um representante legal, conforme instruções abaixo:
- **4.1.1** O Credenciamento do Representante Legal da licitante deverá ser da seguinte forma:
- I No caso do representante ser **sócio-gerente ou diretor da empresa**, o mesmo deverá apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social.
- II Caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á mediante:
- a) Carta de Credenciamento (conforme modelo do Anexo I), sendo que a mesma deverá ser assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa, cuja comprovação far-se-á através da apresentação, antes da abertura dos envelopes propostas, do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, ou
- b) Instrumento Público de Procuração, que conceda ao representante poderes legais, ou
- c) Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:
- 1 Se for concedido pelo sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada conforme descrito no subitem 3.1.1.1 desde edital.
- 2 <u>Cada credenciado</u> pod<mark>erá rep</mark>resentar <u>apenas uma empresa,</u> o qual deverá estar munido de Cédula de Identidade.
- 4.2 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão apresentar no credenciamento a Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede do licitante, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- OBS.: Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias. A ausência da documentação referida neste item ou apresentação em desconformidade, impossibilitará a participação do proponente neste Pregão, no tocante a formulação de lances e demais atos, inclusive recursos.



5 - DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 01

- **5.1** A licitante deverá apresentar a proposta em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.
- **5.1.1** A proposta deverá ser apresentada em envelope **lacrado**, devendo ser preenchida por meio mecânico, **datada e assinada por representante(s) legal(is) da empresa, contendo:**
- a) A razão social da empresa, o nº do CNPJ da licitante e o nome completo de seu(s) signatário(s) (referentes à empresa que disponibilizará o serviço, emitirá a fatura e por todo o contrato se responsabilizará, se vencedora, sendo a ela encaminhado o pagamento)
- b) A descrição completa do serviço/bem proposto, em conformidade com a descrição do Anexo II (podendo esta transcrever integralmente ou a ela se remeter).
- c) Especificação precisa do desconto percentual oferecido pela licitante, dedutível de sua comissão pelo agenciamento.
- d) Declaração da licitante comprometendo-se a repassar para a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande as melhores condições promocionais oferecidas pelas empresas de transporte aéreo aplicável a cada emissão.
- e) Declaração da licitante comprometendo-se a entregar as passagens aéreas solicitadas pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação.
- f) O prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data prevista para recebimento dos envelopes.
- OBS.: Havendo contrariedade ao OBJETO disposto neste Edital, será a proposta desclassificada. Na falta de algum dado descritivo ou referente a prazos e responsabilidades, ficará a proponente obrigada a se sujeitar a todos os critérios dispostos neste Edital, como se em sua proposta constasse.
- 5.2 A proposta deverá conter VALOR DE DESCONTO (valor da taxa de administração de empresa e percentual de desconto oferecido em cada taxa durante o período de vigência do contrato de 12 (doze) meses), cotados em reais, com até 02 (duas) casas decimais, válidos para serem praticados desde a data de entrega dos envelopes, até os efetivos pagamentos mensais. Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) com preço manifestamente inexequível ou superior aos praticados no mercado, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- **5.2.1** Nos preços propostos serão consideradas todas as obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas e tributárias (inclusive o ICMS repassado ao consumidor final).



- **5.2.2** Entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, impressos e ferramental, de pessoal ou deslocamento de qualquer gênero para reparo e substituição de aparelhos defeituosos.
- **5.2.3** Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.
- **5.3** A unidade interessada solicitará da contratada a emissão das passagens, contendo destino, horário, data e demais dados necessários para a execução do objeto.
- **5.4** A administração da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande solicitará da contratada a emissão das passagens, contendo destino, horário, data e demais dados necessários para a execução do objeto.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

6.1 Deverão ser apresentados em envelope lacrado, em 01 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião (ou pelo Sr. Pregoeiro, mediante apresentação da via original para conferência em outra ocasião não sendo aceita a solicitação de autenticação no momento da abertura do pregão, onde os envelopes deverão estar lacrados), ou publicação em órgão de imprensa oficial, os seguintes documentos (referentes à empresa que disponibilizará o serviço, emitirá a fatura e por todo o contrato se responsabilizará, se vencedora, sendo a ela encaminhado o pagamento):

6.1.1 Habilitação Fiscal

- **6.1.2** Prova de Regularid<mark>ade co</mark>m a **Fazenda F<mark>ederal</mark>** mediante apres<mark>entaçã</mark>o de: Certidão quanto a **Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, em vigor**;
- 6.1.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor;
- **6.1.4** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, em vigor, conforme legislação tributária do Município.
- **6.1.5** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, **FGTS**, **em vigor**, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- **6.1.6** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, **INSS**, **em vigor**, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.
- **6.1.7** Situação perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ-MF)**, conforme Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.



- **6.1.8** Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em <u>forma original</u> ou, <u>cópia reprográfica sem autenticação</u>. Entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela equipe de apoio ou Pregoeiro.
- **6.1.9** Declaração de responsabilidade, conforme modelo constante no **Anexo VI** do presente edital.

NOTA IMPORTANTE:

- 1. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da greve.
- 1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a **inabilitação** em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5° da Lei n° 8.666-93.

6.2 Habilitação Jurídica:

- **6.2.1** Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos podem ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias.
- 6.2.2 Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo IV), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- **6.2.3** Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, (conforme modelo do Anexo V), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

<u>Obs.:</u> Caso as Declarações citadas nos subitens 6.2.2, 6.2.3, não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no Ato Constitutivo, as mesmas deverão vir acompanhadas de "**Procuração**" que conceda poderes ao signatário das Declarações ou através do Credenciamento referido no subitem 4.1, deste edital.



6.3 Qualificação econômica - financeira

6.3.1 Certidão Negativa de falência ou concordatas expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

6.4 Qualificação Técnica:

- **6.4.1** Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprovem a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- **6.4.2** Certificado de Cadastro da empresa licitante junto a CADASTUR Ministério do Turismo.
- **6.5** As microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação arrolada nos itens acima, no entanto:
- § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- § 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DO PROC<mark>EDIME</mark>NTO DA SESSÃ<mark>O E DO</mark> JULGAMENTO

- 7.1 No dia, hora e local designados no Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, antes do início da sessão, conforme item 4 deste Edital.
- **7.2** Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 7.3 O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais e classificará para a fase seguinte a licitante que apresentar o MAIOR DESCONTO NO VALOR DA TAXA ADMINISTRATIVA DA PASSAGEM.
- 7.3.1 No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas iniciais, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.
 7.3.2 PARA EFEITO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS CONSIDERAR-SE-Á

O MAIOR DESCONTO.



- 7.4 O Pregoeiro convocará as licitantes classificadas para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e crescentes, iniciando-se pelo autor da proposta de menor desconto, seguindo-se das demais em ordem crescente de desconto.
- **7.4.1** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **7.5** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas na Lei, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Sr. Pregoeiro.
- 7.6 Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MAIOR DESCONTO SOBRE A TAXA ADMINISTRATIVA EM CADA PASSAGEM SOLICITADA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO (doze meses).
- 7.7 Imediatamente após a etapa de lances, ocorrendo à participação de microempresa ou empresa de pequeno porte com entrega do documento previsto no subitem 4.2, o Pregoeiro verificará a ocorrência de eventual empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.
- 7.8 Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- **7.9 Sendo** aceitável a proposta de menor preço global, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado e verificado o atendimento às exigências habilitatórias, conforme item 06 deste Edital.
- 7.9.1 Caso a oferta não seja aceita ou se a licitante desatender às habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, podendo negociar diretamente com o novo proponente, até a apuração da proposta que atenda ao Edital.
- **7.10 Constatado o atendimento** às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **7.11** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelos proponentes presentes. Caso o licitante presente não assine a ata, decairá do direito de interpor recurso (o mesmo ocorrendo se este assinar, mas não solicitar expressamente sua intenção de recorrer, motivando-a e pedindo para que conste em Ata sua pretensão).
- **7.12** Serão **desclassificadas** as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste Edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes ou apresentarem cotação global ou valor de desconto **valor zero**.
- R. Farid Stephens, 179 Pioneiros, CEP 83833-008 Fazenda Rio Grande PR Fone/Fax: (41) 3627-1664 www.fazendariogrande.pr.leg.br



7.13 As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a documentação constante do subitem 2.5, poderão sanar eventual restrição nos documentos de regularidade fiscal como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

8 - DO RECURSO, DA IMPUGNAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- **8.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **8.2** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 8.3 Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.4 Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 8.5 Caso não haja recurso, ou após julgado este, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal.
- 8.6 A Câmara poderá adiar ou revogar o presente pregão por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente o suficiente para justificar tal conduta. Deverá anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art 59 da Lei 8.666/93.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será feito por crédito em conta bancária, a critério exclusivo da CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias do recebimento dos bilhetes, desde que recebida em tempo a nota fiscal/recibo/bilhete correspondente e desde que a mesma atenda todos os critérios apresentados nesta cláusula.
- **9.1.1** Para efeito de pagamento, será consultada a regularidade junto ao INSS e FGTS, ficando o mesmo suspenso até que se verifique a situação regular, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- R. Farid Stephens, 179 Pioneiros, CEP 83833-008 Fazenda Rio Grande PR Fone/Fax: (41) 3627-1664 www.fazendariogrande.pr.leg.br



9.1.2 Havendo erro na nota fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Câmara Municipal.

10 - DO RECEBIMENTO

- **10.1** O recebimento dos serviços se dará na forma do inciso I, alíneas *a* e *b*, do artigo 73 da Lei de Licitações.
- 10.1.2 Os bilhetes das passagens escolhidas previamente deverão ser entregues via correio eletrônico ou pessoalmente após escolha da administração em até 24 horas da solicitação que será realizada via contato telefônico, pessoalmente ou e-mail.

11 - DAS SANÇÕES

11.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

I - advertência;

- II multa de 1% (um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- III multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- IV suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Fazenda Rio Grande, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- V Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta Cláusula.
- **11.1.2** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 11.1.3 O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, em favor da licitante vencedora, sendo
- R. Farid Stephens, 179 Pioneiros, CEP 83833-008 Fazenda Rio Grande PR Fone/Fax: (41) 3627-1664 www.fazendariogrande.pr.leg.br



que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

- **11.1.4** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- **11.1.5** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.
- 11.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratante, sem justificativa, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:
- 11.2.1 Prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
- 11.2.2 Cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
- 11.2.3 Critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
- 11.2.4 Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta dos recursos da Câmara Municipal nos seguintes elementos: 01.001.01.031.0002.2.002.3.3.90.39.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **13.1** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Câmara Municipal, a finalidade e a segurança da contratação.
- **13.2** A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.
- **13.3** Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e a equipe de apoio.
- 13.4 Os envelopes contendo a documentação habilitatória das licitantes classificadas para a fase de lance permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação das propostas. Se os mesmos não forem
- R. Farid Stephens, 179 Pioneiros, CEP 83833-008 Fazenda Rio Grande PR Fone/Fax: (41) 3627-1664 www.fazendariogrande.pr.leg.br



retirados no prazo de até 10 (dez) dias após aquele prazo, os envelopes serão inutilizados.

- 13.5 Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, "caput" e parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9º., inciso III, da Lei nº. 8.666/93.
- **13.6** Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.
- 13.7 O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Câmara Municipal e qualquer informação assim como retirada desse edital deverá ocorrer, no horário das 09h00min às 12h00min e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, quando dias úteis.
- 13.8 Fazem parte integrante deste Edital:
- Anexo I: Modelo de Credenciamento;
- Anexo II: Descrição técnica do objeto;
- Anexo III: Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Anexo IV: Declaração (cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF);
- Anexo V: Declaração de Idoneidade;
- Anexo VI: Declaração de responsabilidade;
- Anexo VI: Modelo de Proposta;
- Anexo VII: Atestado de Capacidade Técnica / Desempenho
- Anexo VIII: Minuta do Contrato;

13.10 O Presente procedimento reger-se-á pelo disposto nas Leis Federais nº8.666/93 e nº10.520/02, Lei Municipal nº260/05 e Decreto Municipal nº1254/06, bem como as normas de Direito Público, sendo os casos omissos resolvidos pelo Pregoeiro em observância das normas supra.

azenda Rio Grande, 07 de agosto de 2017.

Fernando Diomar do Amaral Pregoeiro



ANEXO I

CREDENCIAMENTO

	Pelo presente instrumento, credenciamos o Sr(a)
	nors
	ntidade com RG nº, para
participar do procedimento	licitatório consistente no PREGÃO PRESENCIAL
N°05/2017, podendo praticar	todos os interesses da representada, inclusive os
poderes de formular lances,	negociar preços, interpor e desistir de recursos em
todas as fases licitatórias.	
	de 2017.
THUIT - TH	, de de 2017.
Nome completo e assin	atura do(s) represen <mark>tante(</mark> s) legal(is) da emp <mark>resa</mark>



ANEXO II

DESCRIÇÃO DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços relacionados com o fornecimento de passagens aéreas destinadas a viagens de pessoas a serviço da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, sendo que o valor estipulado para uso com passagens no ano é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com destino no âmbito nacional. O valor do desconto será dado sobre a taxa de administração da empresa sobre a compra das passagens ao final da solicitação.

OBS. 01: O valor especificado acima poderá ser acrescido ou reduzido nos termos do §1º do art. 65 da Lei n.º8.666/93.





ANEXO III

DECLARAÇÃO

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

	, inscrita no CNPS
sob o nº, por inte	
o(a) Sr.(a)	, portador(a) da Carteira de
Identidade nº, do CF	
DECLARA, para fins do dispositivo na alínea "b" o	do subitem 2.7.2 do Edital de Pregão
Presencial nº/2017, sob as sanções adminis	strativas cabíveis e sob as penas da
lei, que esta empresa, na presente data, é conside	erada:
() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3	s <mark>º da Lei Com</mark> plementar <mark>nº 123/2006.</mark>
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conf	f <mark>orme in</mark> ciso I do art <mark>. 3º da</mark> Lei
C <mark>ompleme</mark> ntar nº 123/200 <mark>6.</mark>	
	acmos a presente
Por ser expr <mark>essão d</mark> a verdade, firm	resente.
, de	de 2017.
(assinatura do responsável	l pela empresa)

OBS.: Assinalar com um "X" a condição da empresa.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2017, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

W	,em	de	de 2017.
Razão Soc	cial:		



ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2017

Declaração de Idoneidade

(Razão Social <mark>da licitante)</mark>		, através de seu
Diretor ou Respo <mark>nsável Legal, declara, s</mark>	ob as penas da lei,	que <u>não foi</u> considerada
INIDÔNEA para licitar ou contratar com a	Administração Públi	ca.
Por ser expressão de verdade, fil	rmamos a presente.	
,em	de	de 2017.
The state of the s		nal(ia) da amprosa
Nome completo e a <mark>ssinatu</mark> ra do(s)	representante(s) leg	gai(is) da empresa



ANEXO VI

Ao Pregoeiro do PREGÃO PRESENCIAL nº05/2017 - Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os devidos fins e direito, na qualidade de
proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de PREGÃO
PRESENCIAL 05/2017, instaurado pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande,
que:
 Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade
de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que
se façam necessários;
 Comprometemo-nos a manter, em compatibilidade com
as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na
licitação;
 Comprometemo-nos a repassar na proporção
correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas
de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de
legislação pertinente;
● Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na
Lei nº8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao edital e anexos do
PREGÃO PRESENCIAL 05/2017, realizado pela Câmara Municipal de Fazenda Rio
Grande.
Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.
, em de de 2017.

(Assinatura do representante legal da empresa proponente)



ANEXO VII

PROPOSTA DE PREÇOS Pregão Presencial N.º 05/2017

Validade da Proposta: ___/___ – (não poderá ser inferior a 60 dias).

uiçoes	ue r	agamento: conforme condições do DA PROPOST		
		Descrição	Valor taxa de administração	Desconto Ofertado
		A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para		
		prestação de serviços relacionados com o		
Item 1	01	fornecimento de passagens aéreas destinadas a viagens		
	8,55	de pessoas a serviço da Câmara Municipal de Fazenda		
		Rio Grande, conforme características e		
		especificações.		

O preço da proposta em R\$ é de [valor] [valor por extenso]. (global)

Local e data:

Assinatura e Carimbo da proponente.



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL 05/2017 E A EMPRESA XXXXXXX

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, CNPJ nº 00.442.239/0001-11, situada à Rua Farid Stephan, n.º 179, bairro Pioneiros, Município de Fazenda Rio Grande, estado Paraná, CEP 83.820-000, neste ato representada por seu titular Senhor Julio César Ferreira de Lima Theodoro, residente e domiciliado na cidade de Fazenda Rio Grande – PR, portador do CPF nº 021.944.289-41, doravante denominado CONTRATANTE, conforme ata e termo de posse de 01 de janeiro de 2017, e a Empresa, inscrita no CNPJ sob nº, situado à Rua, n.º ..., bairro, Município de Curitiba/PR, adjudicatária vencedora da Dispensa de Licitação neste ato representada pelo Sr., portador do documento de identidade nº, emitido(s) por SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº, doravante denominada apenas CONTRATADA, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Estadual nº 9.433/05, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços relacionados com o fornecimento de passagens aéreas destinadas a viagens de pessoas a serviço da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, conforme características e especificações.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de 12 (doze) meses, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 57, da Lei de Licitações nº 8.666/93.

§1º A prorrogação do prazo de vigência, nos termos do inc. II do art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93, está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas e deverá ser realizada através de termo aditivo apensa ao processo original, desde que seja comprovada a impossibilidade de realização de Licitação para a contratação de mesmo serviço por maior período.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor equivalente às passagens requisitadas aplicando-se a taxa de desconto de serviços acordada na homologação do Pregão Presencial.



§1º - Estima-se para o contrato o valor máximo de R\$ 25.000,000 (vinte e cinco mil reais), para o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada: 01.001.031.0002.2.002.3.3.90.39.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

O pagamento será feito por crédito em conta bancária, a critério exclusivo da CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias do recebimento da nota fiscal/recibo/bilhetes.

Para efeito de paga<mark>mento, será consultada a regularidade junto</mark> ao INSS e FGTS, ficando o mes<mark>mo suspenso até que se verifique a situação regular.</mark>

Havendo erro na nota fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande.

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA - REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Parágrafo Único - A revisão de preços, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada à administração da Câmara Municipal colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações ou recomendações efetuadas pelo CONTRATANTE;
- b) os bilhetes das passagens escolhidas previamente deverão ser entregues via correio eletrônico ou pessoalmente após escolha da administração em até 24 horas da solicitação que será realizada via contato telefônico, pessoalmente ou email.
- manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- d) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- e) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;



- f) atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE, num prazo de até 24 (vinte e quatro) horas do chamado;
- g) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.
- d) Entregar todos os dados solicitados pela contratada, bem como a realização dos lançamentos diários de pagamentos no sistema utilizado.

CLÁUSULA NONA - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato será mensal.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

§1º. O recebimento dos serviços se dará na forma do inciso I, alíneas a e b, do artigo 73 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

I - advertência:

II - multa de 1% (um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;



IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Fazenda Rio Grande, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública do Município de Fazenda Rio Grande, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ao CONTRATADO que, em especial:

- I) fizer declaração falsa;
- II) cometer fraude fiscal;
- III) fraudar na execução do contrato.

Parágrafo Segundo - Além das penalidades citadas, o contratado o CONTRATADO ficará sujeito, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, o CONTRATADO ficará isento das penalidades mencionadas.

Parágrafo Quarto - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Parágrafo Quinto - A penalidade será obrigatoriamente registrada no SICAF e no caso de suspensão de licitar, o CONTRATADO deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Sexto - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido no edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Edital.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

- O Presente Contrato de prestação de serviços poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização, ou reclamação nos seguintes casos:
 - I Inobservância das especificações acordadas;
- II Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;
- III falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou recuperação judicial da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;
- 11.1- O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art.77 e seguintes, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento e seus anexos e na proposta do licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS E DO FORO

A tolerância de qualquer das partes, relativa as infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

A Contratada se obriga <mark>a mante</mark>r as condições <mark>de habilit</mark>ação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena de aplicação do disposto na Cláusula Décima Primeira:

O presente contrato é regido pela Lei 8666/93 e alterações;

Fica eleito o foro de Fazenda Rio Grande, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Fazenda Rio Grande,	_ de	de 2017.
CONTRATADO		CONTRATANTE

Testemunhas: